

## **Compatibilidade das ações estratégicas de redução do desmatamento e fomento à bioeconomia, previstas no projeto "Floresta em Pé", com as ações programadas para a fase IV do PPCDQ-AM**

O Programa Floresta em Pé é fruto de cooperação financeira entre os governos da Alemanha e do Brasil por meio do KfW Banco de Desenvolvimento e implementado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS). Tem por objetivo contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento valorizando a floresta amazônica em pé por meio da promoção da bioeconomia, do apoio no controle do desmatamento e do fortalecimento da governança ambiental nos estados do Amazonas e Pará.

A FAS terá o papel de entidade executora e responsável pela gestão do Programa "Floresta em Pé", apoiando na elaboração e implementação de programas e projetos dos OEMAs do Amazonas e Pará. Para isso, realizará (i) a gestão financeira e administrativa das atividades de assistência técnica e a implementação de projetos e atividades financiadas pelo Programa, previstos nos planos de trabalho; e (ii) oferecerá assistência técnica às OEMAs na implementação de projetos financiados pelo Programa.

No que tange as ações para a redução do desmatamento, prevista nas ações para Comando e Controle, as OEMAs parceiros do Programa Floresta em Pé possuem o Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento - PPCD-AM, instituído desde 2009, que tem por objetivo integrar e articular ações interinstitucionais conjuntas para a prevenção, combate e redução dos desmatamentos, aumentando a governança frente à expansão do desmatamento, bem como, o aumento da capacidade de ação fiscalizadora dentre os órgãos responsáveis. O referido plano é revisado periodicamente em ciclos de 3 (três) a 4 (quatro) anos.

Na sua atualização de 2019, recebeu a denominação de Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Amazonas - PPCDQ-AM, prevendo ainda para o próximo ciclo de planejamento, a realização de ações de combate às queimadas, além de elencar também ações preventivas, educacionais e de estímulo à produção sustentável, e tendo como objetivo principal "Fortalecer a governança ambiental no Estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase nas áreas críticas do desmatamento". O PPCDQ-AM está estruturado em três eixos estratégicos: Ordenamento Territorial e Ambiental; Monitoramento, Comando e Controle Ambiental; Bioeconomia e alternativas econômicas sustentáveis.

A SEMA identificou no Programa Floresta em Pé do KfW a oportunidade de equacionar o desafio de oferecer respostas duráveis e de escala para o desenvolvimento do Estado com base na floresta, com respostas voltadas para a consolidação da sua trajetória de fortalecimento interno, com amadurecimento de políticas públicas e parcerias e, ao mesmo tempo, fortalecer de forma inteligente sua atuação de campo para o combate ao desmatamento e a promoção da bioeconomia.

O projeto “Governança Ambiental e Bioeconomia Sustentável no Amazonas” terá duração de 3 anos e um orçamento total de 13 milhões de Euros (ou R\$ 71.500.000,00 milhões de reais num cambio 1:5,5, considerando a data de submissão da proposta em 17 de maio de 2024) 10, visa consolidar e ampliar o legado de políticas públicas para o desenvolvimento no Estado, com atenção especial aos povos e comunidades tradicionais. O projeto busca escala e durabilidade nas políticas para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, tendo como métrica a redução de 10% do desmatamento e 10% de degradação no Estado, até 2025, enquanto promove uma economia baseada na floresta. Com a atualização dos dados do PRODES para o período 2022-2023, a meta relativa à redução do desmatamento foi atingida, demonstrando resultados de desmatamento evitado como estratégia de saída para a implementação do Programa Floresta em Pé.

O Projeto tem 7 objetivos organizados em três (3) eixos: i. combate ao desmatamento; ii. promoção da bioeconomia de base florestal e iii. coordenação e governança. O eixo de Combate ao Desmatamento fica com 46,07%, ou aproximadamente 5.9 milhões de Euros, o eixo da bioeconomia 45,77%, ou aproximadamente 5.9 milhões de Euros, e o eixo de governança com 8,16%, ou aproximadamente 1.06 milhões de Euros. O projeto prevê uma execução mais intensa nos dois primeiros anos, período de vigência da quarta fase do PPCDQ.

- **Objetivos e Metas do PPCDQ-AM**

A quarta fase do PPCDQ-AM tem como objetivo fortalecer a governança ambiental no Estado do Amazonas, controlar o desmatamento ilegal e incentivar o uso sustentável dos recursos naturais com ênfase nas áreas críticas do desmatamento.

- **Objetivos específicos:**

- o Implementar ações integradas visando aumentar a efetividade e eficiência da gestão ambiental e territorial em áreas sob intensa pressão pelo uso dos recursos naturais;
- o Monitorar periódica e sistematicamente os estoques de carbono do Estado do Amazonas;
- o Estabelecer metas locais de controle e redução do desmatamento ilegal;
- o Fortalecer as estruturas de governança ambiental dos municípios como órgãos e conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável;
- o Promover ações de regularização fundiária e ambiental nas áreas prioritárias em consonância com as políticas públicas estaduais e federais;
- o Garantir ações pedagógicas socioambientais por meio das parcerias entre órgãos e entidades públicas e privadas de ensino, órgãos públicos e sociedade civil organizada.

Para alcançar este objetivo, foi proposta uma estrutura programática do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM) com

base em três eixos: Ordenamento Territorial, Monitoramento, Comando e Controle Ambiental, Bioeconomia e alternativas econômicas sustentáveis, sendo os dois últimos eixos contemplados estrategicamente para o Programa Floresta em Pé. A região sul do estado fica estabelecida como prioritária para as ações deste Plano.

#### **Detalhamento das atividades para o eixo de combate ao desmatamento:**

##### **o Operação Tamoioatá:**

Operação Tamoioatá atuará a partir do seu Plano Tático Integrado, o qual consiste na estruturação de informações, ações, resultados, e considerações diversos referentes às ações integradas de segurança ostensiva, judiciária, trânsito, socorro, defesa civil, inteligência e meio ambiente que serão realizadas por ocasião do acionamento das forças de segurança pública estaduais, municipais e federais nas ações de combate às queimadas e ao desmatamento na região sul do Amazonas.

O cenário para este evento apresenta-se de maneira pacífica, contudo, merecem destaque os seguintes elementos adversos:

- a) Ações de indivíduos ou grupo de indivíduos agindo por interesse próprio ou de terceiros, causando desflorestamento ilegal, em qualquer das suas modalidades (corte, queimada etc.);
- b) Fatores naturais que contribuam para o aumento das queimadas no Estado do Amazonas;
- c) Incidentes de quaisquer naturezas que possam comprometer os componentes tecnológicos, estruturais ou logísticos empregados nas ações de pronta resposta;
- d) Ações de vandalismo, sabotagem ou obstrução contra os agentes envolvidos na presente Operação ou contra os meios por eles utilizados, por quaisquer motivações;
- e) Ameaças diversas constantes da Análise de Riscos e/ou Relatórios de Inteligência das agências participantes da Central Integrada de Inteligência de Segurança Pública (CIISP);
- f) Outras ameaças ou infratores identificados, conforme levantamentos posteriores à expedição do presente Plano ou observados in loco pelos servidores envolvidos.

As Áreas de Interesse Operacional – AIOs, são as áreas impactadas por uma possível evolução do cenário na segurança pública. Para esta operação as AIO foram definidas levando-se em consideração as variáveis elencadas no tópico anterior, sendo elas a atuação de brigadistas, arco do desmatamento, focos de calor, unidades de conservação, ramais e estradas.

##### **o Objetivo da Operação**

Promover a integração, coordenação, comunicação e controle dos órgãos envolvidos na Operação de Segurança Integrada de Combate a Desmatamentos e Queimadas, doravante chamada de Operação Tamoioatá III.

#### **o Missão Geral da Operação**

Promover ações de preservação do meio ambiente e de segurança pública, reprimindo crimes praticados nas Áreas de Interesse Operacional (AIO), visando à redução dos índices de criminalidade qualificada, relativas aos crimes ambientais, em especial queimadas e desmatamento, mediante ações integradas das Forças de Segurança e demais Agências federais, estaduais e municipais empenhadas.

A Operação atuará em 9 municípios prioritários, que estão previstos para a 4ª fase do PPCDQ/AM: Lábrea, Boca do Acre, Manicoré, Canutama, Novo Aripuanã, Humaitá, Apuí, Tapauá e Maués.

As estratégias do Eixo de Combate ao Desmatamento são três: a primeira implementar ações integradas visando aumentar a efetividade e eficiência da gestão ambiental e territorial em áreas sob intensa pressão pelo uso dos recursos naturais; a segunda, se propõe a criação uma plataforma virtual do Sistema Estadual de Serviços Ambientais para o controle da quantidade de projetos públicos e privados de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD) existentes nas UCs (Atividade 2.1) e a terceira controle do monitoramento ambiental através do Sistema de Informação Geográfica – SIG.

O recurso destinado ao Eixo de Comando e Controle, 46,07%, é lastreado em ações de fortalecimento da capacidade institucional do Estado do Amazonas, mais precisamente focado em investimentos a serem realizados nas estruturas das Instituições que compõem o Grupo de Trabalho do PPCDQ/Operação Tamoioatá.

Importante ressaltar que no ano de 2025 está prevista a revisão do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento, bem como de seu Decreto Regulamentador, com o objetivo de implementar sua quinta fase entre junho de 2025 a junho de 2027.

Visando alcançar os objetivos traçados, o Eixo de Combate ao Desmatamento foi organizado em 3 Output:

- Output 1 integra atividades estruturantes de planejamento tático-operacional (Atividade 1.1), construção de infraestrutura (Atividade 1.2) e fornecimento de equipamentos (Atividade 1.3) para as ações de comando e controle do projeto.
- Output 2, pretende-se criar uma plataforma virtual do Sistema Estadual de Serviços Ambientais para o controle da quantidade de projetos públicos e privados de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (REDD) existentes nas UCs (Atividade 2.1). No entanto, será necessária a adoção de medidas de políticas específicas.
- Output 3, tem-se como objetivo auxiliar na eficiência e controle do monitoramento ambiental através do Sistema de Informação Geográfica - SIG que utiliza softwares de geoprocessamento para tal finalidade.

**Detalhamento das atividades para o eixo de governança:**

O apoio às atividades administrativas e de gestão do projeto, além da articulação interinstitucional da SEMA com o Comitê do PPCDQ/Operação Tamoioatá, com os municípios prioritários e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no âmbito do PPCDAM, assim como a participação do Estado na COP 30 em Belém, entre outros fóruns nacionais e internacionais de discussão, tais como a Conferência de Biodiversidade estão previstas.

Além das demais atividades prevista neste eixo, visando apoiar a gestão administrativa e institucional para execução do projeto, também está previsto a elaboração (Atividade 7.2) da 5a Fase do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Amazonas (PPCDQ-AM) e o apoio (Atividade 7.1) ao fortalecimento da gestão dos Colegiados da SEMA, entre eles e sobretudo o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAAM), instância necessária para a discussão com a sociedade civil, secretarias de estado, academia e órgãos federais a respeito das medidas de política pública a serem implementadas no âmbito do projeto.